



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3179/2024
Data: 11/12/2024 - Horário: 13:16
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº /2024

PROÍBE A PRÁTICA DE ALUGUEL DE ANIMAIS PARA FINS DE GUARDA E SEGURANÇA PATRIMONIAL PRIVADA NO ESTADO DE ALAGOAS

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS RESOLVE:

Art. 1º Fica vedada a locação, a prestação de serviços, os contratos de mútuo e comodato, bem como a cessão de cães, para fins de utilização em atividades de guarda e/ou vigilância patrimonial privada no Estado de Alagoas.

Art. 2º São considerados infratores desta lei:

I – O tutor responsável pelos cães utilizados para fins de guarda e vigilância patrimonial privada;

II – O proprietário do imóvel onde os animais estejam sendo utilizados para vigilância;

III – O contratante que, de forma expressa ou verbal, utilize os serviços de cães para atividades de guarda e vigilância patrimonial privada.

Parágrafo único. A multa incidirá sobre todas as pessoas físicas e jurídicas que de algum modo colocaram o animal na situação prevista nessa lei.

Art. 3º Os infratores desta lei estarão sujeitos ao pagamento de multa no valor de 10 A 100 (cem) UPFAL (Unidade Fiscal de Referência de Alagoas), além da perda da tutela do animal.

Parágrafo único. A multa será dobrada em caso de reincidência.

Art. 4º As medidas previstas nesta lei não prejudicam as disposições legais vigentes.

Art. 5º Fica excepcionada da aplicação desta lei a utilização de cães empregados em atividades de segurança pública, nos termos da Constituição Federal.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, de de 2024.


Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa combater práticas que envolvem a locação de cães para fins de guarda e segurança patrimonial privada no Estado de Alagoas, prática que frequentemente resulta em maus-tratos aos animais, comprometendo seu bem-estar e segurança.

A utilização de animais para vigilância de propriedades tem gerado uma crescente preocupação entre defensores dos direitos dos animais, além de colocar em risco a saúde física e psicológica dos cães utilizados nesse tipo de atividade.

O Estado de Alagoas tem a competência para legislar sobre a proteção animal, conforme estabelece o artigo 225 da Constituição Federal, que impõe ao poder público o dever de proteger a fauna, vedando práticas que resultem em crueldade. A proteção e o bem-estar dos animais não são apenas uma responsabilidade federal, mas também estadual, o que confere à Assembleia Legislativa a competência para legislar de maneira a garantir que normas de proteção aos animais sejam cumpridas dentro do Estado.

O aluguel de cães para serviços de vigilância privada resulta, na maioria dos casos, em um tratamento inadequado e desumano. Os cães são frequentemente mantidos em ambientes insalubres, sem alimentação adequada ou cuidados veterinários, sendo explorados até a exaustão. Além disso, a função de guarda imposta a esses animais é incompatível com suas necessidades naturais e sua capacidade de viver com dignidade.¹

Estudos científicos têm demonstrado que cães são animais sociais, que sentem emoções, e necessitam de cuidados físicos e psicológicos para sua sobrevivência e bem-estar. Assim, a prática de submeter animais a condições de exploração em nome de um serviço privado de segurança é inaceitável e deve ser coibida por medidas legais rigorosas.

¹ <https://forumanimal.org/site/2023/04/20/caes-de-aluguel-uma-pratica-cruel-e-que-objetifica-os-animais/> Acessado em 05 de dezembro de 2024



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO
Palácio Tavares Bastos
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

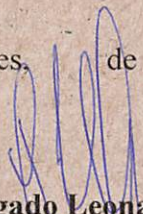
Nesse sentido, é perceptível a prática de maus-tratos, bem como uma série de comportamentos considerados cruéis para com os animais, como mantê-los em ambientes insalubres e forçá-los a realizar tarefas acima de suas capacidades.²

Portanto, a proposta de proibição do aluguel de cães para segurança patrimonial se alinha com essas diretrizes, promovendo a ampliação da proteção aos animais no Estado de Alagoas.

O mercado de segurança privada dispõe de diversas alternativas para a vigilância patrimonial, como o uso de vigilantes humanos treinados, sistemas de câmeras e alarmes. Esses métodos são mais eficazes, não envolvem sofrimento animal e são plenamente viáveis em termos de custos e benefícios para os contratantes.

Contamos com o apoio dos demais Deputados desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto de lei, que visa não apenas proteger os animais, mas também promover uma sociedade mais justa, ética e solidária.

Sala das sessões, _____ de _____ de 2024.


Delegado Leonam
DEPUTADO ESTADUAL

²<https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL65373-5598,00>

ALUGUEL+DE+CAES+PARA+VIGILANCIA+CAUSA+POLEMICA+NO+PR.html. Acessado em 05 de dezembro de 2024